



A expansão marítima na cronística portuguesa (sécs. XV-XVI): Gomes Eanes de Zurara, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros

The expansion at the sea in Portuguese's chronicles (XV-XVI centuries)

Luciana Fontes Parzewski^{1*}

Resumo: Em meados do século XVI foram publicadas as primeiras narrativas portuguesas que se preocuparam exclusivamente com as viagens marítimas para o oriente. O trabalho versará sobre o modo como a *Crônica da Guiné* de Zurara, a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda e a *Ásia* de João de Barros, textos fundadores da história contada pelos portugueses sobre a expansão, apreenderam a empresa. Assim trataremos das impressões que essas três narrativas, responsáveis pelos primeiros passos na divulgação das notícias sobre as viagens, trazem a respeito da predestinação dos portugueses, já que esses autores apelam, em vários momentos de suas narrativas, para os argumentos de predestinação como justificativa para a expansão e para as cenas nem sempre louváveis que a envolveram.

Palavras-chave: Crônica portuguesa; Oriente; Expansão

Abstract: At the end of the Sixteenth century, the first Portuguese narratives about the maritime travels to the East, were publicized. This thesis manages three narratives – *Crônica da Guiné* from Zurara, the *História do descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses* from Fernão Lopes and *Ásia* from João de Barros, founders of a History about the maritime expansion told by the Portuguese, intending to comprehend their concept over this issue. Thus the narratives impressions, responsible for the maritime travels first divulgations, constantly appealed to a Portuguese predestination as an accounting for the expansions and scenes, not always laudable, involving them.

Keywords: Portuguese chronicles, East and Expansion.

A historiografia quinhentista elaborada por portugueses é tomada como uma das mais elaboradas e extensas divulgações da expansão para o Oriente. Por meio de seus escritos, esses historiadores auxiliaram na construção da idéia de que houve um grande impacto desse feito sobre a concepção de mundo dos homens do século XVI.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, *campus* de Franca. Orientação: Prof^a Dr^a Susani Silveira Lemos França. *E-mail:* luparzewski@yahoo.com.br

Apesar de serem os portugueses responsáveis pela navegação que possibilitou a conquista do caminho do Oriente, a “nação portuguesa (...), que mais se apressa de fazer, que dizer (...)” (BARROS, 1988: 2), não se preocupou em divulgar o feito, segundo João de Barros. Foram os estrangeiros que primeiro se desdobraram para anunciar, por meio da escrita, toda e qualquer informação a que tinham acesso.

O primeiro relato que se conhece a respeito das viagens portuguesas no Atlântico é o de Luis de Cadamosto, um italiano que participou de viagens marítimas que, em função da falta de escritos portugueses que reivindicassem para si tal façanha, estruturou seu texto dando a impressão de que tal feito lhe pertencia (ANDRADE, 1972: 79).

Por muito tempo, o comerciante foi conhecido como o responsável pelo descobrimento das ilhas de Cabo Verde (ANDRADE, 1972: 82). A participação estrangeira na expansão marítima justificava-se na medida em que a nação, recém estabelecida enquanto tal, além de não possuir riquezas, enfrentava a falta de contingente populacional. Não havia, pois, grande alternativa senão a de aceitar o auxílio que vinha de fora. Apesar disso, teria sido, segundo Banha, implantada a política de sigilo das técnicas náuticas, restando aos estrangeiros a função comercial.

Apesar de toda a argumentação do autor, que procura justificar a falta de escritos portugueses que divulgassem suas conquistas, não parece que a política de sigilo seja uma das respostas para essa questão, justamente porque a divulgação não, necessariamente, deveria ser técnica, podendo os portugueses, por outra via, buscar essa divulgação (DORÉ, 2002: 2). O que parece mais convincente é que, num primeiro momento, os portugueses não conseguiram dimensionar o significado de sua descoberta, cabendo aos estrangeiros a divulgação do achado.

Essa tese da política de sigilo, a propósito, é creditada a Jaime Cortesão e foi muito questionada pela historiografia, que até considera possível uma tentativa portuguesa de não divulgar questões relacionadas à técnica de navegações desenvolvida por Portugal, mas nada que justifique o silêncio dos textos cronísticos, por exemplo, até meados do século XVI.

Uma das justificativas dadas por parte da cronística portuguesa do século XVI, para a demora na divulgação das conquistas no Oriente ressalta os portugueses como homens mais de ação que de reflexão, bem como ressalta seu árduo envolvimento nos campos de batalha. Mas João de Barros é mais depreciativo, ao dizer que: a “verdade é que os Portugueses não são muito

curiosos, nem bons escritores: são mais amigos de fazer que de dizer” (BARROS, 1988: 2).

Mesmo, porém, que se tome como sugestiva a avaliação de Barros, não se pode negligenciar que todos os capitães eram instruídos a desenvolverem relatórios com descrições de vários gêneros, desde geográficas até as que descreviam o comportamento religioso desses novos povos, contudo, quase nada desses relatórios chegou até nós (ANDRADE, 1972: 45-46). Um exemplo do que seriam esses escritos é o famoso *Roteiro de Álvaro Velho*, que foi utilizado por Castanheda quando este descreveu a viagem de Vasco da Gama, mas que, apesar disso, não é mencionado em nenhum outro texto do período e só foi encontrado em Portugal no século XIX (ANDRADE, 1972: 196-197).

As notícias sobre a descoberta portuguesa foram ambicionadas “por livreiros, comerciantes, eruditos, entre outros que construíram as vias de recepção e divulgação” (LOPES: 2). Esses estrangeiros uniam-se em busca de novidades e transformaram-se em responsáveis pela transmissão de informações. Assim, “espargindo-se a fama deste feito pelas partes do mundo, houve de chegar à corte Del-Rei de Dinamarca e de Suécia e Noruega, e, como vedes, (...) homens nobres se entremetem de quererem ver e saber semelhantes cousas (...)” (ZURARA, 1973: 395).

Essa dianteira estrangeira, em transmitir as notícias, pode ser percebida quando se observa que os prelos estrangeiros se empenharam mais em editar textos que falavam dos feitos portugueses que os próprios portugueses, quando da introdução da imprensa no país. Textos como a relação do Piloto Anônimo, o *Livro das coisas do Oriente* de Duarte Barbosa e as relações de Tomé Pires, foram primeiramente impressos fora de Portugal (ANSELMO, 1987: 359-372).

A Coroa portuguesa, preocupada com as atividades marítimas, não soube, não pôde ou não quis, utilizar a imprensa, não se preocupando em divulgar culturalmente as descobertas e o conhecimento adquirido com as viagens (DIAS, 1988: 159-168).

Várias notícias foram anunciadas a respeito de mares e terras povoados por monstros, além do terrível Cabo Bojador, que impossibilitava a passagem para o sul. O clima épico, num primeiro momento, marcou os textos que circularam pela Europa e que tratavam da expansão (RAMALHO, 1991-1992: 203-216). Era um lugar comum, nos diferentes gêneros, o paralelo entre a expansão e a Antigüidade, o que pode ser observado justamente por ser o conhecimento que se tinha dos clássicos o que amparava a delimitação do

mundo presente e o que não é negado nos textos. O que esses novos escritos trazem é um paralelo entre o conhecimento do passado, dado pelos clássicos, e o conhecimento do atual, trazido pelos textos que tratavam de expansão.

O navegador Diogo Gomes juntou esse recurso de comparação com suas observações em viagens, ou seja, juntou seus conhecimentos às informações de Ptolomeu, no que diz respeito à impossibilidade, apontada pelo antigo, de habitar o extremo norte e os trópicos. Gomes “viu uma grande parte do mundo”, o que autenticou seu conhecimento e o levou a constatar que não só era possível habitar essas regiões, mas que nela havia população. Além dele, Barros também se refere à falácia do antigo em relação à geografia, mas não tira os méritos de Ptolomeu e seus conhecimentos da astronomia.

Os escritores quinhentistas não só apontam os “problemas” nos textos antigos, mas também se preocupam em descrever, nos seus textos, esses novos povos. Esse é um ponto corrente nesses registros. Barros referia-se a alguns desses como “pequenos de corpo, e feios de rosto, de cor baça, e quando falavam parecia que soluçavam (...)” (CASTANHEDA, 1924: 12).

Mas, somente em 1560 e 1570, Portugal foi palco de uma produção escrita preocupada em descrever a expansão – “da China e do Japão ao Brasil e à Guiné, do Canadá ao Cabo da Boa Esperança”. São textos de vários gêneros, desde roteiros até livros de pesos e medidas, apresentando um conhecimento “mais preciso de todo o planeta” (GODINHO, 1990: 87).

A tônica dos prólogos desenvolvidos pelos impressores de traduções de textos portugueses sobre a expansão era a importância, ou necessidade, de conhecer os novos dados que se tinha sobre a grande empresa promovida por Portugal. Isso pode ser visto na edição alemã, de 1567, da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, na qual o impressor destaca que os portugueses “descobriram uma grande parte do outro mundo(...). Eles viram nessas terras novas, que eles descobriram, várias espécies de gentes até então nunca vistas, costumes estranhos, plantas e animais maravilhosos (...)” (LOPES: 1).

Em meados do século XVI, os portugueses começam cada vez mais a se preocupar com divulgação do “novo” que seus curiosos desbravadores viram, ouviram e sentiram, em viagens longínquas a lugares somente imaginados, e a literatura de viagem cumpre, nesse empenho, um papel de destaque (LOPES, 2000: 234). A Europa interessou-se, em um primeiro momento, pelas notícias que divulgavam o grande feito português e a verificação da existência desses novos lugares, alguns completamente desconhecidos e outros lendários. Em um segundo momento, as atenções voltaram-se para as descrições dessas

novas terras, a geografia e os costumes dos novos habitantes (DIAS, 1982: 45).

O rei D. Manuel foi o que mais se dedicou a divulgar as proezas de seu reino, de modo que divulgou, já em 1499, por meio de cartas, aos reinos com os quais tinha contato mais intenso, a descoberta do caminho para as Índias. Não se conhece, porém, a correspondência original, já que a imprensa e os editores do período não se preocuparam em divulgar esses escritos (ANDRADE, 1972: 201-202).

Dado que foi em seu reinado que se descobriu o caminho marítimo para as Índias, o rei se sentiu estimulado a mostrar logo a obra sobre a terra: de maneira que a nossa Europa começou pôr os olhos nela, louvando assim os príncipes que abriram e encheram estes alicerces com o discurso da obra [História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses] [...] que até o ano de quinhentos e cinco o rei dom Manuel mandou fazer (BARROS, 1988: 1)

Castanheda foi um dos portugueses que se desdobrou em tomar o trabalho de fazer a história dos descobrimentos e conquista da Índia, por “mandado do muito famoso e bem afortunado Rei dom Manuel para serem divulgadas pelo mundo as notáveis façanhas que fizeram com a ajuda do nosso senhor neste descobrimento e conquista” (CASTANHEDA, 1924: 4). Juntamente com ele, João de Barros foi outro dos grandes nomes que iniciaram o movimento, que chamou atenção de Portugal para a gravidade que era uma nação, “a quem deus deu tanto ânimo que se tivera criado outros mundos já lá tivera metido outros padrões de vitórias”, ser, por sua vez, “tão descuidada na posteridade de seu nome, como se não fosse tão grande louvor delatá-lo por pena, como ganhá-lo pela lança” (BARROS, 1988: 160).

Diante de tamanho desleixo, ele se viu obrigado a “usar do ofício de estrangeiro, que da condição de natural”, para escrever sua Ásia (BARROS, 1988: 2).

Um ponto fundamental para o estudioso que se dedica à cronística quatrocentista e às narrativas históricas quinhentistas, foco deste trabalho, é interrogar aqueles próprios que escreveram acerca do gênero em que pretendem inserir e que inevitavelmente atualizam – em parte voluntariamente, em parte, não.

Em geral, sua concepção de história é apresentada no prólogo dos textos, (GUENÉE, 1982: 3) todavia, é conveniente destacar que aqui não importa pensar os limites e configurações do gênero com interesses formais, mas sim,

indagar em que medida traduzem como um determinado grupo disse que percebeu o passado e desse modo ajudou a fixá-lo.

No século XV, quando escreve Zurara, e nos séculos anteriores, em especial a partir do século XII, os textos cronísticos se pretendiam verdadeiros, ou seja, os textos históricos buscavam trazer a verdade sobre o passado, e tinham como função principal manter viva a memória do reino, além de servirem como exemplo, em especial aos reis, do que fora feito por seus antepassados e quais as melhores escolhas a serem tomadas. Crônica era sinônimo de história² e símbolo do saber medieval.

A *Crônica dos feitos de Guiné*, escrita por Zurara, foi, a propósito, o primeiro texto português que tentou fazer a história das conquistas ultramarinas portuguesas e, assim, dar a conhecer a outros povos o que tinham explorado os portugueses. Apesar de ter sido elaborada com o intuito de divulgar a empresa portuguesa ao exterior, não teve muito êxito, pois, em função da dificuldade que ainda se enfrentava no período para a reprodução dos escritos – ainda por meio de copistas – não houve muito interesse na reprodução dos feitos heróicos ali descritos (ANDRADE, 1972: 54-78).

Na *Crônica da Guiné*, fica evidenciada a idéia de que o que se escrevia nas crônicas era a verdade, ou melhor, o cronista deveria ter compromisso com a verdade, por isso, “entre os grandes cargos do historiador, principalmente devia ser lembrado de escrever verdade, e que escrevendo a verdade não minguassem dela nenhuma coisa” (ZURARA, 1973: 129).

A função desses escritos era, à semelhança do “cuidado que os antigos houveram” (ZURARA, 1973: 12), de escrever para garantir aos descendentes o conhecimento dos feitos passados e manter na memória os feitos portugueses. Assim, o principal objetivo do cronista era eternizar, por meio da escrita, os grandes feitos, para que não fossem esquecidos.

Fernão Lopes de Castanheda, com sua *História do descobrimento e conquista da Índia* e João de Barros com a *Ásia* são tidos como iniciadores de um movimento que se preocupou em tratar da empresa marítima, elaborando esses dois textos que são as primeiras obras significativas, desenvolvidas por portugueses, que trouxeram informações sobre a expansão marítima e que tiveram divulgação pela imprensa.³ Outros autores contemporâneos, como Duarte Pacheco e Diogo do Couto – um pouco mais tarde –, também se

² Nos primeiros séculos da Idade Média a história e a crônica eram gêneros distintos. A história tinha como ponto fundamental a narração, já a crônica priorizava a cronologia.

³ Ambos se consideraram o primeiro autor a tratar da expansão marítima para o oriente.

dedicaram a tratar da presença portuguesa no oriente, mas não serão referenciados.

O primeiro porque não teve seu texto impresso no século XVI e o segundo porque é um pouco posterior a Barros e Castanheda e foi responsável pela continuação da *Ásia* de Barros, já que Barros escreveu somente as quatro primeiras décadas. Além disso, o trabalho vai abarcar somente os autores considerados precursores da crônica que trata da expansão, deixando também por ora de lado a obra de Gaspar Correia.

Em muitos momentos, os textos de Castanheda, Barros e Zurara se aproximam, seja no empenho pedagógico, seja nos elogios e referências que os quinhentistas fazem à *Crônica de Guiné* e seu autor Zurara. O pioneirismo de Zurara é destacado por Barros, porque “não houve alguém que se entremetesse a ser primeiro nesse meu trabalho, somente Gomes Eanes de Zurara cronista mor destes reinos nas coisas do tempo do Infante D. Henrique” (BARROS, 1988: 3) Barros enfatiza, assim, a importância do texto de Zurara como fonte de seu trabalho.

De modo geral, é possível apontar que a crônica tem não somente a função da divulgação dos feitos do reino, mas também a de servir, como exemplo, aos monarcas (ANDRADE, 2001: 55). Assim, para os príncipes “em especial foi feita a história”, porque com ela é possível ter contato com “a experiência de exemplos, que são muito mais do que um homem pode ver em sua vida por mais comprida que seja” (CASTANHEDA, 1924: 3). A escrita é apresentada por ele, como se vê, como mais completa e pedagogicamente eficiente que a experiência da vida.

Outro lugar comum dessas três narrativas, e não só delas, mas de toda a crônica desenvolvida a partir de Fernão Lopes, primeiro cronista régio de Portugal, é que a história, além de memorialista, possuía também a função moralista, mostrando-se mais eficiente nesta função, segundo os cronistas quatrocentistas e também as narrativas quinhentistas, do que outros agentes moralizadores, porque ela atua como as “pessoas desapaixonadas, dando mais verdadeiros conselhos que os conselheiros vivos”, pois estes estão sujeitos a afeições e parcialidades e “muitas vezes erram como humanos” (CASTANHEDA, 1924: 4).

A história, ao registrar os acontecimentos passados, deveria ser utilizada como exemplo para as ações futuras, ou seja, as narrativas serviam de exemplo a

serem seguidos ou não de acordo com as benesses alcançadas pelos antepassados.⁴

Um outro ponto importante para Zurara e Castanheda o fato de ser o próprio escritor testemunha daquilo que narra dá credibilidade ao trabalho; o que os leva em alguns momentos a destacar que, dos acontecimentos narrados, são “certa testemunha” (ZURARA, 1973: 297). O autor da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* destaca a importância de ver com os próprios olhos aquilo que vai narrar, para tanto, embarcou em direção ao Oriente, onde viu “os lugares em que se fizeram as coisas que havia de escrever para que fossem mais certas: porque muitos escritores fizeram grandes erros no que escreveram por não saberem os lugares de que escreviam” (CASTANHEDA, 1924: 5).

O autor viajou para a Índia em 1528 com seu pai, onde recolheu o material que utilizou para escrever a crônica. O pressuposto por trás dessa busca de ouvir e ver em viagens era de que a vivência nos lugares visitados permitiria o distanciamento da “fábula” e a aproximação da verdade, ou seja, ser testemunha do acontecimento possibilitaria chegar ao que de fato ocorreu – tópico em vários autores dos séculos XV e XVI que remonta a Heródoto (DORÉ, 2002: 3).

A Crônica de Guiné dá muita ênfase à figura do infante D. Henrique, ou seja, seu tema principal é o infante e suas descobertas marítimas. Deste modo, Zurara afirma no texto que a conquista de Ceuta foi um dos feitos com os quais “todos seus dias passou em grandíssimo trabalho, que por certo entre todas as nações dos homens, não se pode falar de algum que mais grandemente senhoriasse a si mesmo,” enaltecendo desse modo a figura do infante (ZURARA, 1973: 22). Isso porque diferentemente de Castanheda e Barros, o texto de Zurara tem um maior peso biográfico. Castanheda e Barros empenham-se em tratar de um grande feito português: a presença portuguesa no Oriente. Este é um ponto fundamental que os diferencia da cronística quatrocentista do descobrimento, cujo único exemplar mais célebre é a *Crônica da Guiné*.

É importante ressaltar que, menos do que falar das diferenças entre a cronística oficial quatrocentista, representada pelo texto de Zurara, e a produção histórica quinhentista sobre a expansão, acabou-se por tratar mais das aproximações que existem entre ambas, isso porque, para além das questões que dizem respeito à mudança de temática, não há estudos que reflitam diretamente e sistematicamente sobre essas diferenças. Ao contrário,

⁴ Essa idéia de história como fonte de exemplo está presente já na concepção que os Antigos apresentam para a história.

a historiografia tende a incluir essa produção histórica portuguesa sobre as descobertas e conquistas lusas em um grupo maior, que definem como narrativas de viagem ou de expansão e que englobariam as mais diversas produções que tratam do tema.

O texto de Castanheda teve grande divulgação, sendo traduzido para o francês por Grouchy, em 1553. Em seguida, vieram as versões espanhola, em 1554, a italiana, um pouco depois, em 1578, e finalmente a inglesa, em 1582. A *Ásia* de Barros ganha somente uma versão em língua italiana no ano de 1562 (ANDRADE, 1972: 69). Esses dois textos têm em comum o fato de tratarem do mesmo tema, qual seja, a presença portuguesa na Índia e serem considerados crônicas da expansão destinadas a um público curioso por notícias; razão pela qual importava que fossem impressos e alcançassem uma divulgação maior.

O fato de os dois autores apresentarem formações distintas em seus textos, sendo o de Barros considerado, sob o ponto de vista literário, superior ao de Castanheda, e de o enfoque deste último em discussões filosóficas e teóricas ser bem menor se comparado a Barros, faz emergir a interrogação de se isso implica, necessariamente, em uma mudança de concepção em relação à expansão marítima. Em outras palavras, vale tratar da forma como os textos desses dois autores concebem a expansão e qual a diferença entre a divulgação de ambos e a divulgação da primeira crônica sobre o descobrimento (Zurara).

Para os autores, a expansão marítima foi um grande feito, que trouxe muitas glórias ao reino, em função, em grande parte, das qualidades de seu iniciador, o infante. Já nas narrativas de Zurara, ou melhor, na sua crônica de Guiné, a idéia de que os predicados da expansão estavam relacionados às muitas qualidades de D. Henrique, seu primeiro realizador, é muito forte, ou seja, as benesses desse evento estavam diretamente ligadas aos muitos predicados de seu agente (GODINHO, s/d.: 136). A figura do infante ganha, na crônica de Zurara e também na de Castanheda e Barros, importância determinante para o início e desenvolvimento da expansão marítima e exploração da costa africana.

Para Castanheda, Barros e Zurara a predestinação divina é importante, já que a expansão é um feito português que consideram dever muito à divina providência, porque “Nosso senhor, (...) por sua misericórdia, queria abrir as portas de tanta infidelidade e idolatria para salvação de tantas mil almas que o demônio no centro daquelas regiões e províncias bárbaras tinham cativas (...)” Assim, os portugueses surgem como os instrumentos para a efetivação da vontade divina. Essa é uma característica também presente no texto de Castanheda e no relato de Duarte Pacheco, que compreendem a influência da

providência divina como fator preponderante no desenvolvimento das ações dos portugueses no oriente (AVELAR, 2003: 148).

Todos esses autores contemplam que a predestinação divina garantiu o sucesso das navegações. Esse é um ponto fundamental na narrativa de Barros e Castanheda, já que na percepção de ambos o rei dom Manuel louvava a Deus, pois lhe provera ser ele o instrumento por quem quisera conceder um bem tão universal como era abrir as portas de outro novo mundo de infiéis, onde seu nome pode ser conhecido e louvado e as chagas de seu precioso filho Cristo Jesus recebidas por fé e batismo, para redenção de tantas mil almas como o demônio naquelas partes da infidelidade imperava (BARROS, 1988: 169).

E não só D. Manuel foi digno dessa inspiração, mas ainda, nos primórdios da expansão, [...] parece que por inspiração divina começou o infante Dom Henrique este descobrimento por mar que outro nenhum príncipe da Europa que eram senhores de muito maior estado que ele, porque dele herdassem os reis de Portugal que foram dali por diante este descobrimento principalmente o ilustríssimo rei dom Manuel, para quem a divina providência tinha guardado o feito dele que era a Índia (CASTANHEDA, 1924: 71).

Assim, é possível perceber que, para os três autores, as dádivas da expansão são também fruto de inspiração divina e o infante sai à frente, porque foi ele que iniciou o movimento, tendo sido seguido por D. Manuel. São, assim, ambos abençoados pelo auxílio divino em suas decisões, idéia de predestinação que é fundamental e reger a concepção que esses autores apresentam da expansão portuguesa.

A despeito das semelhanças entre o cronista quatrocentista e os quinhentistas, há uma diferença fundamental entre a crônica de Zurara e as de Barros e Castanheda, no que concerne ao objetivo da expansão: sua função comercial, ou seja, a idéia de que o comércio com essas novas terras era o objetivo central da expansão ganha muito mais peso no século XVI. Para Castanheda e Barros, D. Manuel deu prosseguimento ao projeto de expansão e chegou da Índia por via marítima justamente porque se, já com a costa da Etiópia, o reino vinha adquirindo “novos títulos, novos proveitos e renda”, poder-se-ia esperar mais com o prosseguimento do descobrimento, como, por exemplo, “aquelas orientais riquezas tão celebradas dos antigos escritores, parte das quais por comércio tem feito tamanhas potências como são Veneza, Genova, Florença e outras muitas grandes comunidades de Itália” (BARROS, 1988: 123).

O comércio com o Oriente foi fundamental no século XVI e mudou a estrutura econômica do reino, que antes era essencialmente agrícola e, a partir desse período, passa a depender do ouro e das especiarias, responsáveis pela metade da receita de Portugal (GODINHO, 1981, v. I: 49).

Para tanto, era essencial que fizessem um bom contato com essas novas gentes, para o desenvolvimento do já referido comércio com essas novas paragens. Por isso, as embarcações oficiais levavam negros bem vestidos e com “mostra de prata, ouro e especiarias”, que eram deixados pela costa para que, ao chegarem ao seu povoado, “pudessem notificar de uns a outros a grandeza do (...) reino [de Portugal] e as coisas que nele havia” (BARROS, 1924: 125). Acreditava-se que essa demonstração da grandeza do reino facilitaria o descobrimento da Índia.

De qualquer modo, em Castanheda e Barros a expansão está diretamente ligada à questão do comércio, principalmente se compararmos com a Crônica de Guiné, na qual a possibilidade de comércio nas novas terras é até levantada, mas não como objetivo primordial do infante navegador.

Zurara chega a subestimar a idéia de fazer comércio no final de seu texto, quando diz que tem a intenção de fazer “outro livro que chegue até o fim dos feitos do Infante, ainda que as coisas seguintes não [tenham sido] tratadas com tanto trabalho e fortaleza como as passadas”, ou seja, esse novo período foi marcado “mais por tratos e avenças de mercadoria que por fortaleza nem trabalho das armas” (ZURARA, 1973: 406).

Castanheda e Barros, como já foi apontado, atribuíram as navegações ao auxílio dos desígnios divinos, além disso, ambos apresentam a missão evangelizadora como um dos objetivos das viagens lusitanas, mas essa idéia está mais presente no texto de Zurara (AMADO, 2001: 415). Nas narrativas quinhentistas, a questão do comércio acaba por se sobrepor à anterior. Em se tratando, contudo, da *História do descobrimento e conquista da Índia*, é importante assinalar que a versão utilizada, neste trabalho, para pensar essas primeiras questões, foi a edição de 1554, que, porém, não é a primeira edição do *Livro I*. Castanheda havia editado, em 1551, uma primeira versão, na qual, pelo que foi possível apurar, não dá tanta ênfase no referido aspecto da predestinação divina, que depois se tornaria tão fundamental.

Dessa forma, será importante uma comparação entre esses dois textos para percebermos quais as diferenças entre um e outro no que diz respeito à idéia do que foi o descobrimento dessa nova rota marítima e qual o papel da predestinação nessa trajetória dos portugueses.

Bibliografia

- AMADO, Janaina; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. *Brasil 1500: Quarenta Documentos*. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Unb, 2001.
- ANSELMO, Artur. O livro português ao serviço do Humanismo. *Arquivos do centro cultural português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, v.XIII, p.359-372, 1987.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. *Mundos Novos do Mundo*. Panorama da Difusão pela Europa de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses. 2.v., Lisboa: JIU, 1972.
- AVELAR, Ana Paula M. *Visões do Oriente*. Formas de sentir no Portugal de quinhentos. Lisboa: Colibri, 2003, p.148.
- BARROS, João de. *Ásia*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Lisboa: imprensa nacional-casa da moeda, 1988.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Introd. e notas Pedro de Azevedo. Coimbra: Imprensa Universidade, 4.v., 1924.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho. A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal. *Revista de história*, Instituto nacional de investigação científica, Porto, v.VIII, p.159-168, 1988.
- DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.22, n.44, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200004.
- GODINHO Vitorino Magalhães *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Lisboa: Glala, s/d.
- GUENÉE, Bernard. Histoire et chronique. Nouvelles réflexions sur les genres historiques au moyen age. In: _____(org.). *La chronique et l'histoire au Moyen Age*. Colloque dès 24 at 25 mai 1982.
- HOOYKAAS, R. *Os descobrimentos e o humanismo*. Lisboa: Gradiva, 1983.
- LOPES, Marília dos Santos. *Os descobrimentos portugueses e os novos horizontes do saber nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII*. Disponível em: <<<http://www.instituto-camoes.pt/CVC/bvc/revistaicalp/horizontes.pdf>>>.
- LOPES, Marília dos Santos. Os descobrimentos portugueses e a Europa. *Mathesis*, n.9, 2000.
- MATTOSO, José (dir. e coord.). *História de Portugal*. A Monarquia Feudal, v. III. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- RAMALHO, Américo da Costa. Os humanistas e a divulgação dos descobrimentos. *Humanitas*, Coimbra, v XLIII- XLIV, p.203-216, 1991-1992.